

Para que todos saibam o que eles fizeram

O Memorial Pessoas Imprescindíveis, como o inaugurado na noite de segunda-feira na Regional Diadema, é parte do programa Direito à Verdade e à Memória, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que traz entre os seus objetivos promover a memória histórica no País.

Já são 16 memoriais espalhados pelo Brasil, que homenageiam de forma pública alguns dos personagens desta História. “Os resistentes que lutaram das formas mais diversas contra um regime que era ilegal e ilegítimo merecem ser conhecidos de nosso povo. Não para torná-los heróis, mas para que as suas vidas, seus feitos e suas ideias se-

jam conhecidas”, explica Maurice Polite, assessor da Secretaria

Segundo ele, o importante é que os Memoriais das Pessoas Imprescindíveis sejam construídos na maior quantidade possível. “Devem ficar como marcos permanentes de referência para que os habitantes das cidades, os estudantes nos seus lugares de ensino ou os trabalhadores nos sindicatos saibam quem foram”, afirmou Polite.

“Eles deram as suas vidas em favor dos oprimidos, e de um regime democrático e livre num momento em que prevaleceram no Brasil as violações aos Direitos Humanos, as violências, as torturas e as execuções”, completou.



O prefeito de Diadema Mário Reali e o presidente do Sindicato Sérgio Nobre (à esquerda) e parentes dos homenageados inauguram o Memorial na Regional Diadema

Programa propõe apurar o que aconteceu

A diretriz 23 do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, lançada em dezembro passado, tem como um dos objetivos apurar as violações dos direitos humanos praticados pela ditadura militar. Sua ação mais abrangente é a que cria o Grupo de Trabalho Verdade e Memória para examinar as violações da repressão política no período.

O próprio programa admite que “o Brasil ainda processa com dificuldade o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu a partir de 31 de março de 1964”. Porém, alerta que sem conhecer essa memória o País não completará o fortalecimento de sua democracia.

O Estado brasileiro reconheceu, por lei de 1995, que tem responsabilidade sobre o período, principalmente pelas mortes e desaparecimentos de opositores ao regime

ocorridos após 1964. O fato é que pouco se avançou na apuração e investigação da tortura e assassinatos. A lei de Anistia é um entrave para tanto.

A juíza Kenarik Boujikian Felipe, secretária da Associação dos Juizes pela Democracia (AJD), afirma que os crimes praticados pelos agentes de Estado não poderiam ter sido anistiados porque seus delitos se enquadram nos crimes de lesa humanidade, aqueles que nunca prescrevem.

“São crimes que atingem não só as pessoas, mas a própria dignidade humana”, explica. “Estas características estão presentes em atos como tortura, homicídio, estupro, desaparecimento e sequestro que os opositores da ditadura foram vítimas. O Brasil tem a obrigação de investigar e punir os responsáveis por esses atos”, afirmou a juíza.

Criminalização do movimento social é resquício da ditadura

O professor Marcelo Buzeto (foto), da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), afirma que a tentativa de criminalizar os movimentos sociais é um resquício do autoritarismo e do conservadorismo que marcaram a ditadura militar (1964-1985) e ainda estão presentes no cotidiano do Brasil.



Ministério Público entrou com ação para impedir a realização de passeata na Avenida Paulista.

Como ocorre a criminalização?

No campo, a forma mais explícita é a prisão com a acusação de roubo ou esbulho possessório, que é a retirada de um imóvel ou de um bem de seu dono. A Justiça abre um processo que não é político, os acusados respondem por artigos do código penal e são tratados como criminosos.

Outra maneira é por meio do interdito proibitório que as empresas buscam na Justiça para proibir as greves e manifestações. Agora mesmo, durante a greve dos professores, o

que tentam cercear o direito às manifestações. Eles estão no Judiciário, no parlamento, nas Forças Armadas, nos meios de comunicação.

Quantos sem-terra já foram presos?

Desde 1999, cerca de quatro mil sem-terra foram presos em todo o Brasil, com a abertura de três mil processos. Com as condenações, os trabalhadores perdem a primariedade e, numa segunda condenação, vão para a prisão.

Você também já foi condenado?

Em 1999, fui envolvido em processo contra famílias que pegaram carne e macarrão de caminhões parados na Rodovia Castelo Branco. O Inera não havia levado as cestas básicas e elas estavam famintas. Eu nem estava lá, mas mesmo assim fui envolvido e acabei sendo condenado a 6,4 anos em regime semi aberto. Cheguei a ficar seis meses preso.

Por que acontece esse tipo de conduta?

É uma demonstração de força dos conservadores,

Quarta-feira

7 de abril de 2010

Edição nº 2806

ESPECIAL

Tribuna Metalúrgica



MEMORIAL EM DIADEMA HOMENAGEIA TRABALHADORES



O Sindicato e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos inauguraram o Memorial Pessoas Imprescindíveis na noite de segunda-feira na Regional Diadema. É uma homenagem a trabalhadores que lutaram contra a ditadura militar, por um Brasil democrático e justo.

Página 3

Golpe de 64 interrompe democracia no Brasil

Página 2

Metalúrgicos e gráfico tinham o mesmo ideal

Páginas 4 e 5

Conheça a história da esquerda armada

Página 6

Tortura foi maior arma da ditadura

Página 7

Direito à memória e à verdade avança

Página 8

Entenda como e o que foi a ditadura militar

A economia brasileira ia mal no início dos anos 1960, por culpa da condução errada do presidente Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, os movimentos social e sindical ganhavam força nas cidades e no campo.

Jânio era autoritário e conservador. Queria se tornar um ditador com apoio popular. Como não conseguiu, renunciou.

O vice-presidente João Goulart, o *Jango*, sofria a oposição dos ministros militares, da imprensa e das elites econômicas, que não concordavam com suas posições progressistas.

Suas principais bandeiras eram as reformas de base. Elas visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas nacionais para tirar o Brasil da condição de País subdesenvolvido. Entre as principais estavam as reformas fiscal,

urbana, universitária e, especialmente, a agrária.

Jango pretendia também adotar uma maior intervenção do Estado na economia.

Conspiração

As reformas propostas pelo presidente também sofreram forte oposição da grande imprensa, da elite econômica e dos donos da terra que, aliados aos militares e ao governo norte-americano, nunca deixaram de conspirar contra o governo de *Jango*.

Vendo a conspiração, na noite de 13 de março de

1964 o presidente realiza grande comício no Rio de Janeiro, onde reafirma os compromissos com as reformas de base e pede organização popular em sua defesa. Esse foi o rastilho que detonou o golpe quase três semanas depois.

Golpe derruba João Goulart



Na madrugada de 31 de março de 1964, tropas militares vindas de Minas Gerais ocupam o Rio de Janeiro e detonam uma mobilização em todo o País que derruba *Jango*.

Segundo os militares, o golpe era a única maneira de livrar o Brasil de um regime comunista.

Na verdade, o objetivo das elites era derrubar as conquistas dos trabalhadores e o avanço da democracia no Brasil.

No início de abril uma junta militar controlou o poder e iniciou uma dura perseguição ao movimentos sindical e popular.

Sindicatos

Mais de cinco mil militantes sindicais, estudantes, políticos, e populares foram presos ou obrigados a deixar o País. Cerca de dois mil sindicatos sofreram intervenção ou tiveram as direções afastadas.

Saiba mais sobre o período

Filmes

Pra frente Brasil – um panorama do País nos primeiros anos da ditadura

Batismo de sangue – a relação dos frades franciscanos com a guerrilha

O ano em que meus pais saíram de férias – drama de menino que vê pais fugirem da repressão política

O que é isso companheiro? – relato do sequestro do embaixador norte americano no Rio de Janeiro

Hercules 56 – depoimentos de quem foi trocado pelo embaixador norte americano

Lamarca – o capitão da guerrilha – história de Carlos Lamarca, capitão do Exército que deserta e entra para a guerrilha

Quase dois irmãos – encontro de um preso político e de um preso comum na cadeia

Cabra cega – guerrilheiro perseguido encontra abrigo no apartamento de uma mulher comum e iniciam romance

Jango – documentário sobre a história do Brasil que vai da posse de Jango à conquista da anistia

Livros

A ditadura envergonhada

A ditadura escancarada

A ditadura derrotada

A ditadura encurralada

Todos do jornalista Elio Gaspari

Combate nas trevas

Do historiador Jacob Goerender

Tortura nunca mais

Coletânea de textos, organizada por D. Paulo Evaristo Arns

Tortura – a história da repressão política no Brasil

Do jornalista Antonio Carlos Fon

Tiradentes – um presídio da ditadura

Dos jornalistas Alípio Freire, Izaías Almada e J.A. de Granville-Ponce

Os carbonários

Do escritor Alfredo Sirks

Do autoritarismo à ditadura

Os militares governaram por atos institucionais (AIs) e transformaram o regime autoritário de 64 na mais completa ditadura.

O primeiro ato deu ao governo o poder de alterar a

Constituição, casar mandatos legislativos, suspender direitos políticos, afastar militares e servidores públicos, atingindo milhares de pessoas.

Os dezesseis AIs seguintes acabaram com as eleições diretas para presidente da

República, governador do Estado e prefeitos de capitais, extinguíram os partidos políticos, fecharam o

Congresso, estabeleceram censura à imprensa, autorizaram a pena de morte e muito mais.

Perseguição

Os trabalhadores foram impedidos de fazer greves e a ditadura instituiu uma política salarial que proibia reposições de perdas, abonos, antecipações e aumentos reais, institucionalizando o arrocho salarial.

Quem se levantasse contra esse estado de coisas estava destinado a perseguição, prisão e morte, como você lerá na próximas páginas.



Tortura foi política de Estado da ditadura

A tortura foi o principal instrumento de coerção e extermínio físico de opositores da mais feroz e duradoura ditadura brasileira.

Pelo menos 20 mil pessoas foram torturadas de mais de 100 maneiras diferentes pelos órgãos de segurança.

Cerca de 400 delas morreram e 130 desapareceram sem deixar rastro.

Nas mãos dos militares, a tortura transformou-se em um método criteriosamente planejado, que combatia e reprimia preventivamente qualquer atividade considerada suspeita.

Seu objetivo ia além de obter informações com o uso da dor e do terror. Por meio da tortura, o regime pretendia atingir a vigilância e o controle cotidiano sobre a sociedade.

Assim, a tortura servia também de instrumento



Ilustração do artista plástico Elifas Andreatto para denunciar o terror dos métodos de tortura

para desmobilizar as oposições por meio de intimidação, atingindo além do indivíduo, que era submetido a interrogatórios, as demais pessoas de seu grupo, que

logo ficavam sabendo do acontecido.

No início dos anos 1970, a tortura passou a ser usada por todas as ditaduras militares que tomaram

o poder na América Latina. Com o suporte de especialistas norte-americanos, elas criaram a Operação Condor para perseguir, torturar e eliminar opositores, especial-

mente no Chile, Argentina, Uruguai e Brasil.

Presos comuns

O fim da ditadura, em 1985, cessou a prática da tortura com fins políticos.

Mas, a recusa em mexer no lixo da repressão, de saber as circunstâncias da morte e desaparecimento dos adversários da ditadura e apontar os torturadores que operavam a máquina repressiva cobra seu preço. As técnicas foram incorporadas e repetem-se contra presos comuns, suspeitos e detentos nas delegacias de polícia, presídios e centros de detenção de jovens e crianças.

Relatório encaminhado para a ONU pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados afirma que a tortura é ainda hoje o principal instrumento de investigação policial no Brasil.

Algumas formas de tortura



Cadeira do dragão

O preso sentava pelado numa cadeira revestida de zinco ligada a terminais elétricos. Quando o aparelho era ligado na eletricidade, o zinco transmitia choques a todo o corpo.



Pau-de-arara

Com uma barra de ferro atravessada entre os punhos e os joelhos, o preso ficava pelado, amarrado e pendurado a cerca de 20 centímetros do chão. Nessa posição, que causa dores fortes no corpo, o preso sofria choques, pancadas e queimaduras com cigarros.



Choques elétricos

As máquinas usadas nessa tortura geravam choques que aumentavam de intensidade quando a manivela era girada rapidamente pelo torturador. A descarga elétrica causava queimaduras e convulsões.



Espancamentos

Vários tipos de agressões físicas eram combinados às outras formas de tortura. Um dos mais cruéis era o telefone. Com as duas mãos em forma de concha, o torturador dava tapas ao mesmo tempo contra os dois ouvidos do preso.

Afogamentos

Os torturadores fechavam as narinas do preso e colocavam uma mangueira ou um tubo de borracha dentro da boca do preso para obrigá-lo a engolir água. Outro método era mergulhar a cabeça do torturado num balde, tanque ou tambor cheio de água, forçando sua nuca para baixo até o limite do afogamento.

Geladeira

O preso ficava pelado numa cela baixa e pequena, que os impedia de ficar de pé. Depois, os torturadores alternavam um sistema de refrigeração superfrio e um sistema de aquecimento que produzia calor insuportável, enquanto alto-falantes emitiam sons irritantes. Os presos ficavam na geladeira por vários dias, sem água ou comida.

Surgimento e fim da “esquerda armada”

Fundado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) conquistou nas décadas seguintes o quase monopólio da representação dos trabalhadores disposto a mudar a estrutura de poder no País.

Perseguido desde sua criação por forte repressão, o “partidão” – como era conhecido – sobreviveu por meio de uma trajetória que alternou momentos de atuação legal com a clandestinidade.

Em 1964, o PCB era a maior organização de esquerda no País, tanto em número de representantes como em presença nos sindicatos e movimentos sociais. Quando ocorreu o golpe, porém, o partido foi surpreendido e não conseguiu articular um movimento que impedisse os militares de tomar o poder.

Desmantelados pela repressão que se seguiu, os

comunistas começam a investigar as causas da derrota e como enfrentar a ditadura. Duas correntes se formaram. Uma delas entende que a precipitação e o extremismo da própria esquerda provocaram o movimento de 31 de março. Assim, o partido deveria pautar sua atuação futura por moderação e avanços lentos.

Enfrentamento

Outro setor, porém, considerou que essa forma de atuação faria pouca oposição ao novo regime e defendeu atos mais contundentes. Influenciado pela Revolução Cubana, sua proposta era realizar ações armadas – assaltos a bancos, por exemplo – como forma de arrecadar fundos para iniciar a guerrilha rural que derrubaria o governo, seguindo o modelo que Fidel Castro e Che Guevara usaram em Cuba.



Trabalhador é preso na greve geral de 1953 em São Paulo. Movimento foi organizado pelo PCB

Desta forma, a maior parte das organizações que decidiu pegar em armas – a chamada “esquerda armada” – veio do partidão. As mais representativas começaram a se formar em 1967. Entre elas estão a ALN (Aliança

Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de

Outubro). O PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que saiu do PCB em 1962, e a Ala Vermelha, que surgiu do PCdoB, também tiveram papel de destaque no enfrentamento aos militares.

Ditadura se fecha ainda mais e começam anos de chumbo

As primeiras ações da “esquerda armada” tiveram sucesso espetacular e atraíram grande número de militantes, a maior parte vinda do movimento estudantil – setor que liderava a luta contra a ditadura na época, mobilizando a população em passeatas com dezenas de milhares de participantes.

No segundo semestre de 1968, contudo, o protesto estudantil passa a ser fortemente reprimido e refluxu. Em dezembro daquele ano a situação piora.

Os militares decretam o ato institucional nº 5 (AI-5) e iniciam a mais feroz ditadura que o País já conheceu. As operações policiais se militarizam e cortam o contato da luta armada com a população.

Segue-se uma brutal repressão à toda oposição brasileira, sendo ainda



Artistas e estudantes protestam contra a censura baixada no AI-5

mais intensa sobre o movimento armado.

As prisões e sequestros se sucediam. A tortura passa a ser política de Estado. Cresce o número de “desaparecidos”.

Militantes dos grupos armados que caíam nas mãos da repressão dificilmente continuavam vivos.

Quem escapava para o exterior e tentava voltar era friamente assassinado.

O isolamento e a repressão aos poucos levam ao fim as ações armadas. Em meados de 1970, quem havia escapado do extermínio físico estava preso ou vivia fora do Brasil.

Luta revigorou-se com metalúrgicos



Greve dos metalúrgicos na Scania em 1978

A situação destes combatentes começou a mudar no final dos anos 1970. As lutas da população brasileira contra a ditadura, impulsionadas pelos movimentos dos trabalhadores do ABC a partir das greves dos metalúrgicos em 1978, deram força à palavra de ordem que defendia a democracia e anistia aos presos políticos.

A anistia veio em 1979, libertando quem estava preso e permitindo a volta dos exilados. Com direitos adquiridos e a cidadania recuperada, a maior parte

desses combatentes voltou a atuar na política. Boa parte deles, no PT.

Quatro décadas após o fim da luta armada, as novas gerações praticamente desconhecem a luta desses companheiros. Sob certos aspectos, sua opção foi a única alternativa de resistência a quem tomou o poder em 1964. Seus objetivos eram justos, legítimos e permanecem.

Cumpriu um papel histórico na luta contra a ditadura e pela democracia que hoje existe no País.

Homenagem aos mortos pela ditadura

Em ato realizado segunda-feira à noite, foi inaugurado no saguão da entrada da Regional Diadema um memorial em homenagem aos metalúrgicos Devanir José de Carvalho, Daniel José de Carvalho e Aderval Alves Coqueiro e ao gráfico Joel José de Carvalho, mortos pela ditadura militar (1964-1985).

A homenagem reuniu familiares dos desaparecidos e centenas de trabalhadores.

“A ditadura perseguiu, torturou, prendeu e matou

e é importante fazer esse debate. Este evento é importante para esclarecer o que realmente aconteceu no Brasil”, disse Sérgio Nobre, presidente do Sindicato.

Ele comentou que a verdadeira história da ditadura no País precisa ser contada para

que os jovens a conheçam e para que ela nunca mais



Na mesa, Derli Carvalho, Paulo Vannuchi, Sérgio Nobre, Mário Reali, David Carvalho, Aloísio Palmar, Carlos Carvalho e Isaura Coqueiro

se repita.

“Os companheiros homenageados lutaram por um

Brasil democrático e justo e cada trabalhador deve saber que somos herdeiros dessa

história. É para saber quem somos nós”, disse Sérgio Nobre.

“Ainda falta balanço real da ditadura”



O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, elogiou o Sindicato por assumir o debate desse tema.

“Ficou um registro de que a resistência armada foi coisa de estudantes. Este é um dos motivos desta homenagem, mostrar a história de trabalhadores que lutaram pela transformação do País”, afirmou.

Ele disse que o Brasil ainda não fez um balanço real da ditadura como o realizado pela Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. “Esta história precisa ser contada para que a juventude complete a transição democrática e não haja ditadura nunca mais”, concluiu Vannuchi.

“É preciso contar a verdadeira história”



O prefeito de Diadema, Mário Reali, destacou a importância desse tipo de homenagem em um sindicato, que é um espaço de luta e de conquistas. “É preciso relembrar a história e contá-la de forma verídica. É preciso falar das diversas organizações que resistiram à ditadura e dos trabalhadores que por ela foram massacrados”.

“Uma luta que valeu a pena”



Para Derli José de Carvalho, irmão e companheiro de lutas de três dos homenageados, o ato teve grande significado pois foi uma homenagem dos trabalhadores àqueles que lutaram pelas liberdades democráticas que temos hoje.

“A morte deles serviu para haver uma grande pressão internacional, que em determinado momento desencadeou a abertura democrática”, disse ele. “Valeu a pena morrer, ser preso e exilado?”, perguntou, respondendo que sim, pois a geração atual não é obrigada a viver de boca fechada. “A luta continua. O modelo de sociedade pela qual lutamos virá no futuro”, finalizou Derli.

“Assassinos terão de confessar”



Aloísio Palmar, que militou com os irmãos Carvalho e com Coqueiro, disse que é uma obrigação das pessoas não se submeter aos tiranos e perguntou pelos corpos de Joel e Daniel.

“Eles queriam voltar para continuar a luta e foram vítimas de uma armadilha covarde. As viúvas nem tiveram o direito de velar os mortos. Os assassinos hoje estão escondidos e ainda terão de contar o que sabem”, destacou.

QUATRO HISTÓRIAS E UMA MESMA LUTA

Torneiro sofre emboscada e tortura

Devanir José de Carvalho e seus irmãos vêm de Minas para São Bernardo em 1963. Ele, como torneiro mecânico, vai trabalhar na Forjaria São Bernardo e se filia ao Sindicato. Depois vai para a Villares e a Toyota.

Participa de greves e passeatas por reivindicações trabalhistas e pelas reformas de base do presidente da República na época, João Goulart, o Jango. Entra no PCB e passa a ser perseguido depois do golpe. Se muda para o Rio. Cai na clandestinidade e passa a trabalhar como motorista de taxi. Cair na clandestinidade era como viver sem carteira de identidade, muitas vezes com nome de outra pessoa.

Em 1968 volta para São Paulo e, a partir do AI-5, o cerco se fecha em torno dele.

Emboscada

No ano seguinte a repressão prende 16 integrantes da Ala Vermelha e ele é um dos poucos da direção da organização que consegue escapar.

Em 1969 funda o Movimento Revolucionário Tiradentes e realiza ações armadas como assalto a bancos e o sequestro do cônsul do Japão. Em abril de 1971, cai em emboscada no Tremembé, na Capital.

Preso, dois dias depois morre debaixo de tortura.



Devanir, terceiro em pé da direita para a esquerda, entre companheiros na Toyota

“Ele era calmo, sério, responsável”

“Eu trabalhava como tecelã e levava uma vida normal. Depois que voltamos do Rio, em 1968, o cerco foi se apertando e Devanir, meu marido, caiu na clandestinidade.

Eu andava sempre cismada, tinha medo de ir para a feira ou no mercado. Numa noite ele não voltou e, ao amanhecer, um companheiro passou em casa e tirou documentos, livros, anotações, agendas e tudo o mais que podia comprometer a gente.

Dias depois, fui chamada para

reconhecer o seu corpo.

Depois de sua morte fiquei um mês presa, passando por torturas psicológicas.

Em julho de 1971 fui com meus dois filhos para o Chile e nos encontramos com os irmãos de Devanir. Ele era calmo, sério, responsável, muito correto e de bom coração. Minha herança são os dois filhos. Tenho orgulho dele, que tinha um ideal de vida”.

Pedrina José de Carvalho,
mulher de Devanir

“Deu meu nome em homenagem ao Che”

“Eu tinha três anos quando meu pai morreu. Lembro de conviver com meus tios no Chile e depois na Argentina.

Em 1974 fomos para Portugal e só voltamos ao Brasil em 1978, quando eu tinha dez anos. Fomos morar em Diadema e nossa casa era vigiada pela polícia. Minha mãe ia toda terça-feira na polícia.

Creio que o maior problema foi ter a compreensão de todo o processo ainda durante a ditadura militar.

Na escola, os professores contavam uma história do Brasil diferente.

Ele me deu o nome de Ernesto em homenagem a Che Guevara, morto meses antes de eu nascer. O comitê central de sua organização não deixou ele registrar o sobrenome Guevara por questão de segurança. Mas quando ele e meus tios me apresentavam diziam: ele é o comandante”.

Ernesto, filho de Devanir

Troca por embaixador e assassinato

Aderval Alves Coqueiro nasceu em 1937 em Aracatu (BA) e, já casado, foi trabalhar na construção de Brasília, onde chega em 1961. Lá, entra para o PCB e, dois anos depois, vem para Diadema e vai trabalhar de ajudante geral na Schuler. Depois, trabalha na Tratores Fendt, Fae e Ferroforma.

Em 1967, passa a ser procurado pelos órgãos repressivos e cai na clandestinidade.

Preso em maio de 69, é tortu-

rado no Departamento de Ordem Policial Social, o temido Dops, um dos órgãos de repressão. Em junho de 1970 é trocado com outros 39 presos políticos pelo embaixador alemão Von Holleben.

O embaixador fora sequestrado por um grupo de organizações para depois ser trocado por opositores presos. Outros embaixadores foram sequestrados em ações semelhantes. Coqueiro vai para a Argélia, país no norte

da África, e tem pressa em voltar ao Brasil.

Assassinato

Ele é o primeiro de todos os banidos a retornar, em janeiro de 1971, indo morar num apartamento no Rio. Uma semana depois o apartamento é invadido, Coqueiro tenta fugir e é morto pelas costas aos 34 anos. Os jornais noticiam que ele foi assassinado em um violento tiroteio com a polícia.



“Soube da morte pela televisão”

“Quando meu pai morreu, eu tinha cinco anos. Ele era brincalhão e cantava para eu dormir. Lembro que a gente mudava constantemente de casa e que minha irmã foi matriculada com nome falso. Os filhos também se tornavam clandestinos.

Meus pais não deixavam a gente brincar com a criançada da rua, alegando que criança fala demais.

Em 1967, ele pede demissão da empresa em que trabalhava, cai na clandestinidade e todos nós mudamos para São Paulo. Dois anos depois meu pai é preso e trocado pelo embaixador, indo para a Argélia. Imaginamos que ele ficaria muito tempo fora do País. Ficamos sabendo da morte dele pela televisão, foi um choque grande, duro de aguentar.

O noticiário dizia: morreu o primeiro terrorista trocado pelo embaixador alemão. Mudamos para o Chile, mas mesmo assim me sentia numa constante insegurança, um medo muito grande. Cinco meses antes do golpe militar que aconteceu lá também, fomos para Cuba.

Aí eu me senti protegida. Fui estudar com tranquilidade, fiz muitas amizades. Tivemos apoio e carinho, lá é minha segunda pátria. Em Cuba eu tinha certeza que minha mãe não seria presa ou morta.

Meu pai deixou um legado de esperança, de que vale a pena lutar, mesmo que tenha de entregar a vida”.

Célia Coqueiro, filha

Daniel e Joel não conseguem escapar

Daniel era torneiro mecânico, como seus irmãos, e se filia ao Sindicato assim que começa a trabalhar nas metalúrgicas em São Bernardo. Joel era gráfico e trabalhava em São Paulo.

Os dois entraram para o PCB depois do golpe e passam a atuar nas empresas em que trabalhavam na organização dos trabalhadores.

Em seguida seguem os passos dos irmãos e passam para a Ala Vermelha.

Quando são presos, em 1969, Joel já estava na VPR - Vanguarda Popular Revolucionária.

Depois de banidos em 71, trocados pelo embaixador suíço, vão morar no Chile e depois na Argentina. Em julho de 74 Joel, junto

com o irmão Daniel, e mais quatro militantes, tentam voltar clandestinamente ao País e desaparecem.

“Cachorro”

De acordo com o grupo Tortura Nunca Mais, eles entraram em território brasileiro cruzando a fronteira entre a província argentina de Misiones e o Paraná.

Eles foram atraídos pelo sargento Albery, que prepara uma emboscada. O sargento era um “cachorro”, termo usado para designar agentes da repressão infiltrados nas organi-



Nos destaques, Daniel e Joel em exílio no Chile

“Sei dele pelas histórias”

“Meu pai, Joel, se casou no Chile e, meses antes do golpe militar, em 1973, minha mãe veio para São Bernardo, onde nasci. Depois do golpe, meu pai e meus tios foram para a Argentina e nós também fomos para lá. Tinha oito meses e convivi com ele por uns quatro meses. Depois ele tentou voltar ao Brasil e nunca mais tivemos notícias de meu pai.

Dizem que era super brincalhão, sempre com disposição de servir as pessoas. Ele era gráfico, trabalhava em São Paulo, e era muito empenhado em seu serviço”.

Jocimar, filho de Joel

Linha do tempo

1961 - Derli, o irmão mais velho, chega a São Bernardo e vai trabalhar na Villares.

1963 - Chegam os outros irmãos, Devanir, Daniel e Jairo, também metalúrgicos, e Joel, gráfico. Coqueiro, metalúrgico e já filiado ao PCB, vai morar em Diadema. Derli é eleito para a diretoria do Sindicato e passa a militar no PCB.

1964 - O golpe obriga Derli a cair na clandestinidade.

1965 - Devanir, Daniel, Jairo e Joel entram no PCB.

1969 - Já militando na Ala Vermelha, Derli, Joel, Jairo, Daniel e Coqueiro são presos e torturados.

1970 - Coqueiro faz parte dos 40 presos políticos trocados em junho pelo embaixador alemão Von Holleben e vai para a Argélia.

1971 - Os irmãos Carvalho participam do grupo de 70

presos políticos trocados em janeiro pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher e seguem para o Chile. Em fevereiro, Coqueiro sai da Argélia e retorna clandestinamente ao Brasil. É morto uma semana depois. Tinha 34 anos. Devanir é preso em abril. Torturado, morre no dia 7. Tinha 28 anos.

1973 - Golpe militar no Chile obriga Derli, Joel, Jairo e Daniel a se exilarem na Argentina.

1974 - Em julho, Daniel e Joel tentam entrar clandestinamente ao Brasil. Estão desaparecidos e seus corpos nunca foram encontrados. Daniel tinha 29 anos e Joel, 26.

Derli e Jairo, percebendo a fragilidade dos esquemas de segurança para voltar ao Brasil, seguem para a França.

1979 - Com a anistia, Derli volta ao Brasil. Jairo permanece na França, onde mora até hoje.